

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS ANALISES TÉCNICAS DE ESTUDO DE IMPACTO
AMBIENTAL REALIZADAS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS DO AMAPÁ

Lucila Rodrigues do Carmo de Neta (Estácio de Sá-FAMAP) - ad_greice@hotmail.com
Graduanda em Direito

Adirleide Greice Carmo de Souza (Centro de Ensino Superior do Amapá) - greicedysouza@hotmail.com
Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas

Pedro Crispim de Oliveira Júnior (Estácio de Sá-FAMAP) *Graduando em Direito*

Wellington Lemos Moreira (Centro de Ensino Superior do Amapá) *Advogado e pós-graduando em Direito Processual*



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS ANALISES TÉCNICAS DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL REALIZADAS PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS DO AMAPÁ

Lucila Rodrigues do Carmo Neta ¹

Adirleide Greice Carmo de Souza ²

Pedro Crispim de Oliveira Júnior ³

Wellington Lemos Moreira ⁴

RESUMO

O trabalho apresenta como enfoque a não consideração de critérios socioambientais no licenciamento ambiental, especificamente, nas análises técnicas de estudos de impacto ambiental pelos técnicos atuantes nos órgãos ambientais do Amapá – fato este que gera inúmeros conflitos socioambientais pós-concessão de licenças ambientais aos mais diversos empreendimentos causadores de danos ao meio ambiente em suas diferentes classificações. Desta maneira, o objetivo que norteou a pesquisa foi identificar os fatores condicionantes para não consideração dos critérios socioambientais pelos técnicos atuantes no licenciamento ambiental do Amapá durante as análises técnica de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A pesquisa foi bibliográfica e de campo e foi desenvolvida com o enfoque interpretativo-compreensivo, possibilitando um estudo das categorias de estudo propostas, sendo que também teve uma abordagem quantitativa, pois como técnica de pesquisa foi utilizada aplicação de questionários e entrevistas nos órgãos ambientais do Amapá.

RESUMO EXPANDIDO

1 Aspectos Metodológicos: O trabalho teve como objetivo identificar os fatores condicionantes para não consideração dos critérios socioambientais pelos técnicos atuantes no licenciamento ambiental do Amapá durante as análises técnica de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A pesquisa foi desenvolvida com o enfoque interpretativo-compreensivo, uma vez que, procurou-se identificar e compreender o que haveria por trás do procedimento de análise técnica de Estudo de Impacto Ambiental no Amapá, os conflitos existentes e os

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Estácio de Sá.

² Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá, Socióloga, Advogada, Professora no Governo do Estado do Amapá e Centro de Ensino Superior do Amapá.

³ Graduando em Direito pela Faculdade Estácio de Sá.

⁴ Advogado e Pós-Graduando em Direito Processual pelo Centro de Ensino Superior do Amapá.

fatores para não consideração dos critérios socioambientais. Seguindo este enfoque se utilizou a abordagem qualitativa, através do arcabouço teórico, documental e legislações, os quais auxiliaram na compreensão da problemática proposta, possibilitando um estudo das categorias propostas, sendo que também teve uma abordagem quantitativa, pois como técnica de pesquisa foi utilizada aplicação de questionários e entrevistas. As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pelo setor de licenciamento ambiental no Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial (IMAP) e Secretária de Estado do Meio Ambiente (SEMA), a aplicação de questionários foi realizada com técnicos atuantes no licenciamento ambiental do IMAP e SEMA, sendo que os técnicos da SEMA não souberam responder o questionário e os encaminharam ao IMAP, totalizando 8 entrevistados dos 15 técnicos atuantes no licenciamento.

2 Resultados e Discussões

Enquanto resultados e conclusões referentes aos fatores condicionantes para não consideração dos critérios socioambientais nas análises técnicas de EIA pelos órgãos ambientais do Amapá estão:

- Os técnicos atuantes nos órgãos ambientais estaduais do Amapá não tem conhecimento e/ou não reconhecem o Direito socioambiental, gerando assim conflitos socioambientais nos procedimentos de avaliação de impacto ambiental;
- Encontram-se defasadas as legislações estaduais ambiental do Amapá, aqui nos referindo as resoluções, instruções normativas do Conselho Estadual de Meio Ambiente e ao Código Ambiental do Estado do Amapá de 1994, no que tange as diretrizes do EIA e do procedimento de licenciamento ambiental, pois as mesmas restringem-se aos danos ao meio ambiente natural, desconsideração em sua previsão legal os impactos socioambientais.
- Outro ponto de conflito socioambiental é a carência de analistas ambientais das Ciências Sociais e Humanas nos órgãos estaduais de Meio ambiente, especialmente, no setor de licenciamento ambiental, sendo que desta maneira as análises dos EIA/RIMA excluem técnicos das ciências sociais. Além disso, não há orientação normativa e previsão legal de metodologia e técnicas para avaliação de impactos socioambientais;
- A legislação ambiental não prevê os indicadores e critérios para análise dos impactos socioambientais e nas entrevistas com os técnicos e responsáveis pelo licenciamento ambiental percebeu-se que não há definição desses indicadores, fatores estes que também contribuem para conflitos socioambientais pós-licenciamento ambiental.
- Outro fator que gera conflitos socioambientais é que a sociedade não participa nas discussões desde o início do processo de análise técnica do EIA, pois sua participação esta relacionada apenas a audiência pública, que ocorre após o parecer elaborado da análise técnica.

Desta maneira, difundir os critérios socioambientais como objetivo das análises técnicas de EIA é um desafio no Estado do Amapá, que perpassa pela participação popular, questões legais e administrativas dirimindo assim possíveis conflitos socioambientais.

Após as entrevistas realizadas e levantamentos de dados institucionais verificou-se que as deficiências nas elaborações do EIA, a falta de Termo de Referência, a não consideração dos critérios socioambientais e os pareceres sempre favoráveis após as análises técnicas de EIA traz como prejuízo e consequência a violação do princípio do desenvolvimento sustentável, o qual é um dos objetivos do procedimento de licenciamento ambiental, além da não eficácia do princípio da participação e do princípio da precaução e prevenção, estes dois

últimos inseridos na finalidade do EIA quanto à prevenção e precaução de degradação ambiental e risco ambiental, bem como, gerando inúmeros conflitos socioambientais, posteriores a concessão de licenças ambientais no Amapá.

3 Conclusões Articuladas

A pesquisa foi elucidativa, neste texto, destaca-se enquanto conclusões baseadas na pesquisa de campo, nas análises da legislação ambiental e nas discussões teóricas que:

1. As análises técnicas dos Estudos de Impacto Ambiental, realizadas durante o procedimento de licenciamento ambiental nos órgãos ambientais estaduais do Amapá, não consideram critérios socioambientais em suas avaliações.
2. A Legislação Estadual Ambiental do Amapá encontra-se defasada, no que se refere às diretrizes do EIA/RIMA e do procedimento de licenciamento ambiental;
3. Não há orientação normativa e previsão legal de metodologia e técnicas para avaliação de impactos socioambientais, além de não haver na legislação ambiental a previsão de indicadores e critérios para as análises dos impactos socioambientais;
4. Não há ainda o reconhecimento pelos Órgãos estaduais ambientais da promoção e/ou proteção do socioambientalismo enquanto objetivo legal, neste caso, a não incorporação de conceitos socioambientais na legislação estadual contribui para este não reconhecimento;
5. Outro fator condicionante para não consideração dos critérios socioambientais é a falta de analistas ambientais das Ciências Sociais e Humanas nas análises técnicas de Estudo de Impacto Ambiental.

Referências

ASSUNÇÃO, Linara Oeiras. **A participação popular nas audiências públicas para licenciamento ambiental.** Macapá: Periódicos CEAP, 2010. Disponível em <http://www.ceap.br> (artigo)

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O MEIO AMBIENTE: Câmara dos Deputados. Brasília, 2009 (coletânea).

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 13.^a Ed, ver., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional.** 8.^a Ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.